

## CERTIFICADO DE TRADUÇÃO

Eu, **Ana Filipa Maia**, certifico que nesta data compareceu perante mim Carolina Alvim da Graça Reis, que também usa e assina **Carolina Reis**, solteira, maior, natural da Bélgica, com domicílio profissional em Rua Dom Luís I, 28, 1200-151 Lisboa, cuja identidade verifiquei pela exibição do cartão de cidadão número 14743495 5 ZV2, emitido pela República Portuguesa, válido até 3 de agosto de 2031, a qual me apresentou a tradução anexa do documento escrito em língua espanhola e traduzido para língua portuguesa, tendo-me declarado, sob compromisso de honra, que a mesma foi por si feita e está fiel e exata com o original.

Em anexo à tradução e ao presente certificado fica o original do referido documento.

Lisboa, 24 de maio de 2022.

A Advogada

Ana Filipa Maia

A Tradutora

Carolina Reis

Registo n.º 22006L/18728

**ANA FILIPA MAIA**  
ADVOGADA  
NIF 228 484 880 - Céd. Prof. 22006-L  
Rua Dom Luís I, 28 - 1200-151 Lisboa  
Telef. 21 311 3400 - Fax: 21 353 2472





GM5199609

11/2021

RAFAEL BONARDELL LENZANO  
 Notário  
 Arturo Soria, 201-1º A  
 Tel 91 519 25 46 Fax 91 510 20 82  
 29043 MADRID



*[Handwritten signature]*

NÚMERO DOIS MIL TREZENTOS CINQUENTA E OITO-----

**ESCRITURA PÚBLICA**

Na **cidade de Madrid**, em dezanove de abril de dois mil e vinte e dois. -----

Perante mim, **RAFAEL BONARDELL**, Notário do Ilustre Colégio desta capital. -----

**= OUTORGANTES =**

A **Senhora Maria-Asunción Bellver Suárez**, maior, casada, advogada, residente em Madrid, com domicílio na Rua Serrano Anguita número 13, e com cartão de cidadão espanhol e número de identificação fiscal 35778060-L. -----

Que identifico pela exibição do seu cartão de cidadão espanhol. -----

**INTERVEM**, em nome e representação, como **secretária não curadora**, da "**FUNDAÇÃO AYUDA EN ACCIÓN**", com domicílio em Madrid, na Rua Serrano Anguita número 13.-----

Instituída pela "Asociación Ayuda en Acción" por meio de escritura outorgada em Madrid, pelo Notário Sr. José-María Peña y Bernaldo de Quirós, em 11 de fevereiro de 1999, com o número 227 de seu protocolo. Alterada por outra outorgada em

*[Handwritten signature]*

Madrid, perante o referido notário Sr. José-María Peña y Bernaldo de Quirós, em 29 de outubro de 1999, com o número 2772 do seu protocolo

Classificada como Fundação Benéfica e de Assistência por Ordem Ministerial de 22 de novembro de 1999 e inscrita no Arquivo-Registo do Órgão de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais, Direção Geral da Ação Social para os Menores e para a Família, Subdireção Geral das Fundações e Entidades Tuteladas, com o número 28/1109.

É titular do NIF G-82257064.-----

Foi nomeada para o respetivo cargo, que declara estar em vigor, por deliberação do Conselho de Curadores da Fundação, de 24 de março de 2006, elevada a público mediante escritura outorgada em Madrid, perante o Notário Ángel Benítez-Donoso Cuesta, em 24 de abril de 2006, com o número 923 do seu protocolo, cuja cópia autorizada examinei.-----

Para efeitos da obrigação de identificação do beneficiário efetivo da fundação que decorre da Lei 10/2010, de 28 de abril, declaro que consultei previamente a Base de Dados do Beneficiário Efetivo através do SIGNO e que a outorgante afirmou que a informação resultante da consulta não é correta; a obrigação de identificação do beneficiário efetivo da fundação materializa-se através da escritura outorgada em Madrid, perante mim, na presente data, sob o número de protocolo 2356. -----

11/2021



www.fundacion-ayuda-en-accion.org



GM5199608

Para efeitos da obrigação de consulta da lista de Números de Identificação Fiscal revogados com carácter prévio à outorga da presente escritura, que decorre do último parágrafo do artigo 23.º da Lei do Notariado, declaro que consultei previamente a Base de Dados de Números de Identificação Fiscal revogados da Agência Estatal de Administração Tributaria, através do SIGNO, tendo concluído que o Número de Identificação Fiscal da pessoa coletiva em causa não foi revogado.-----

Os poderes da outorgante para este ato decorrem da sua posição, sendo suficientes, na minha opinião, para a outorga desta escritura.-

Na minha opinião, a outorgante tem capacidade e legitimidade para este ato de ESCRITURA PÚBLICA.-----

= PARTE EXPOSITIVA =

I.- Na reunião de 25 de março de 2022, o Conselho de Curadores da Fundação AYUDA EN ACCIÓN adotou por unanimidade as deliberações que constam da certidão que é protocolizada pela presente escritura. -----

II.- O disposto no parágrafo anterior resulta da referida certidão, que junto como anexo a esta matriz emitida em 25 de março de

GR1.

2022, pela Secretária Não Curadora Maria-Asunción Bellver Suárez, com a aprovação do Presidente, o Sr. Jaime Montalvo Correa, cujas assinaturas reconheço, a da outorgante, por reconhecê-la como sua na minha presença e, a do Presidente do Conselho de Curadores, por coincidir com aquela de que disponho no meu protocolo.-----

**= PARTE DISPOSITIVA =**

**PRIMEIRA** – Na qualidade em que intervém, a Sra. Maria-Asunción Bellver Suárez **outorga escritura pública** da Deliberação do Conselho de Curadores da **FUNDAÇÃO AYUDA EN ACCIÓN**, adotada na reunião de **25 de março de 2022**, que se inclui como anexo a esta escritura . -----

Tendo-se concluído nos termos e com o âmbito que constam da certidão que se junta como anexo-----

**= OUTORGA =**

Tendo lido esta escritura, nos termos do artigo 193.º do Regulamento Notarial, a outorgante – a quem fiz as reservas e advertências legais e fiscais –, aceita e assina.

A outorgante aceita que os seus dados e a cópia do documento de identidade sejam incluídos nos arquivos do Cartório Notarial, para os fins da atividade notarial e de comunicações de dados previstas na Lei das Administrações Públicas e, quando aplicável, ao Notário que vier a suceder o atual neste Cartório. Poderá exercer os respetivos direitos de



IMPRESIONADO EN LOS ESTADOS NOTARIALES



GM5199607

11/2021

acesso, retificação, cancelamento e oposição neste Cartório Notarial. -----

**= AUTORIZAÇÃO =**

Eu, o Notário, **DOU FE** do conteúdo deste instrumento público que consta de três folhas de papel timbrado de uso exclusivo notarial, série GI, números 6702963 e as duas seguintes em ordem correlativa, de que o consentimento foi prestado livremente e de que a outorga se enquadra na legalidade e na vontade devidamente informada da outorgante ou interveniente.-----

Consta a assinatura da outorgante. Constam os elementos da minha autorização notarial. Contem o carimbo do Cartório Notarial.

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

-----SEGUEM-SE DOCUMENTOS ANEXOS-----

GAPE.

MARIA ASUNCIÓN BELLVER SUÁREZ, Secretária Não Curadora da Fundação AYUDA EN ACCIÓN, com domicílio em Madrid, Rua Serrano Anguita nº 13.

## CERTIFICA

Que, na reunião do Conselho de Curadores da Fundação AYUDA EN ACCIÓN, de 25 de março de 2022, realizada em Madrid, devidamente convocada pelo Senhor Presidente Jaime Montalvo Correa, com quórum suficiente, de acordo com os Estatutos, e cuja ata se encontra pendente de aprovação na próxima reunião do Conselho de Curadores, foram aprovadas por unanimidade as seguintes:

## DELIBERAÇÕES

1. Alteração da sede da Fundación Ayuda en Acción – Representação Permanente em Portugal;

Aprova-se por unanimidade a alteração da sede da Fundación Ayuda en Acción – Representação Permanente em Portugal, que deixa de estar localizada na Rua António Nobre n.º 1- D, 4.º Direito, na União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, no concelho de Almada, distrito de Setúbal, com o código postal n.º 2800-260 de Almada, e passa a estar localizada na Avenida da Liberdade nº 38, 4º Direito, na freguesia de Santo António, no concelho e distrito de Lisboa, com o código postal 1250-145 de Lisboa, e que seja esta alteração devidamente registada em Portugal;

3. Nomeação de representante legal da representação permanente em Portugal;

O Conselho de Curadores aprova, por unanimidade, a nomeação de MÁRIO RUI DOS SANTOS CORREIA BAUDOUIN, casado, maior, português, residente na Rua Bairro da Bela Vista n.º 1, com o código postal n.º 2565-642 de Vila Facaia, no Ramalhal, titular do cartão de cidadão número 10220889 e do contribuinte fiscal português número 209 979 631 e com endereço de correio eletrónico mdossantos@ajudaemacao.org, como representante legal da representação permanente da Fundação em Portugal, a par com JORGE CATTANEO GARCÍA, já nomeado e devidamente registado enquanto tal.

4. Conferir poderes a Mário Rui dos Santos Correia Baudouin enquanto representante legal da representação permanente em Portugal.

Aprova-se por unanimidade que o Sr. MÁRIO RUI DOS SANTOS CORREIA BAUDOUIN, na qualidade de representante legal da representação permanente da Fundação em Portugal, tenha plena autoridade para, individualmente ou em conjunto com Jorge Cattaneo García, praticar os seguintes atos:

a) Administrar, assinar e representar a Representação Permanente da Fundação, em todos os tipos de acordos, atos, contratos e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Curadores da Fundação. Organizar os escritórios da Fundação e determinar as suas despesas, subscrevendo correspondência, celebrando contratos e assinando os documentos em que a mesma intervenha. Contratar, nomear e demitir colaboradores e trabalhadores a serviço da Representação Permanente da Fundação, estabelecer a remuneração e praticar todos os atos próprios de gestão. Requerer a prestação de contas, rever e



REPÚBLICA ESPAÑOLA DE LOS DOCUMENTOS NOTARIALES



GM5199606

NOTARIO DE MADRID

A

11/2021

aprová-las. Exigir a entrega dos montantes correspondentes ao património da Representação Permanente da Fundação, recebê-los e emitir recibos e cancelamentos.

- b) Celebrar todo o tipo de contratos, acordos e convenções, incluindo contratos de arrendamento na qualidade de arrendador ou arrendatário, estabelecendo o prazo e podendo acordar, ou não, o pagamento de rendas antecipadas e melhorias.
- c) Representar a Fundação perante todo o tipo de pessoas e autoridades municipais, administrativas, fiscais, policiais e políticas, com os poderes necessários para iniciar todo o tipo de reclamações e apresentar todo o tipo de recursos e impugnações. Apresentar as solicitações e instâncias correspondentes, inclusive para inscrever a instituição junto dos registos de instituições públicas ou privadas e de cooperação técnica, quer nacionais quer internacionais.
- d) Representar a Representação Permanente da Fundação em procedimentos legais e judiciais, com poderes gerais e especiais de desistência, conciliação, confissão, juramento e exigência de tais medidas em relação à parte contrária; reconhecer documentos e instrumentos de qualquer natureza e, em geral, participar de todos os atos ou procedimentos legais e judiciais, contenciosos ou não contenciosos, comparecer em nome da Fundação, prestar assistência na defesa de procedimentos já iniciados, solicitar medidas cautelares e atividade probatória antecipada, comparecer em audiências de julgamento, de conciliação ou de saneamento processual e probatório bem como de fixação de pontos controversos. Intentar ações, reconvir, contestar uma ação e reconvir, formular exceções e oposição, desistir da instância ou do pedido; conformar-se, conciliar, transigir, submeter à arbitragem os pedidos em causa dentro ou fora do âmbito do processo; substituir ou delegar a representação judicial, conceder poderes a advogados e *procuradores* [representante em tribunal], inclusive para absolver posições, interpor qualquer tipo de recurso, formular objeções, apresentar provas, deduzir oposição. Contestar e impugnar testemunhas, declarar como parte ou testemunha, e efetuar reconhecimentos, oferecer garantia resultante de juramento ou de outro tipo, solicitar a interrupção de prazos, o adiamento do prazo para levar a cabo um ato processual ou a suspensão convencional e, em geral, representar a Fundação da maneira mais ampla em tais procedimentos.
- e) Representar a Representação Permanente da Fundação em processos penais, podendo denunciar e tornar-se parte civil, em processos laborais, individuais ou coletivos, perante o Ministério do Trabalho e o Ministério Público, sem qualquer limitação.
- f) Efetuar cobranças e pagamentos de qualquer natureza, inclusive nas caixas ou escritórios do Estado, Província, Município, Comunidades Autónomas e outras empresas públicas, para a devolução de receitas indevidas ou de qualquer outra origem por meio de pagamento, ordens de pagamento ou qualquer outro documento natureza análoga; formular ou aprovar contas de qualquer tipo e estabelecer, aceitar ou contestar os saldos incluídos nas mesmas; emitir e assinar faturas, recibos e cartas de pagamento de qualquer tipo e por qualquer motivo, reivindicar e exigir o pagamento de quaisquer valores devidos à Fundação por qualquer motivo, renunciar aos mesmos ou remiti-los, total ou parcialmente, ceder os seus direitos, admitir quaisquer ativos ou valores mobiliários como forma de pagamento, nas condições que julgue apropriadas para estabelecer e cancelar as respetivas dívidas.
- g) Abrir, cancelar e gerir contas correntes, de crédito ou de poupança junto de quaisquer Bancos, incluindo o Banco de Espanha, a Caja General de Depósitos e as respetivas sucursais, ou de quaisquer instituições de crédito, oficiais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, e dispor, mediante cheques, talões ou qualquer outra forma, dos fundos

GRP.

existentes nas mesmas ou em quaisquer outras contas da Fundação, prestando ou recusando o seu consentimento a prestar contas de qualquer ordem.

h) Liberar, endossar, aceitar, intervir, pagar, contestar e descontar letras de câmbio, notas comerciais ou financeiras, notas promissórias e quaisquer outros efeitos comerciais, receber ordens de pagamento telegráficas ou postais, valores declarados e transferências de qualquer outro tipo.

i) Constituir, em quaisquer entidades, escritórios, bancos ou instituições de crédito, incluindo o Banco de Espanha, a Caja General de Depósitos e as suas respectivas sucursais ou detidos por qualquer autoridade ou indivíduo, títulos ou depósitos de todo o tipo, em numerário, valores mobiliários ou quaisquer outros efeitos, independentemente de sua natureza, finalidade e da pessoa ou autoridade a cuja disposição devam ser colocados, solicitando, quando apropriado, a devolução ou o cancelamento dos mesmos ou de quaisquer outros existentes em nome da Fundação e levantá-los ou receber o valor correspondente aos mesmos.

j) Intervir em procedimentos de suspensão de pagamentos, falência ou outros de natureza cível, comercial, administrativa ou penal nos quais a Fundação tenha interesse, para defender os seus direitos e receber os valores devidos, aceitar transações ou acordos entre credores ou com o devedor, formalizar renúncias a créditos, participar e votar em reuniões de credores, aceitar e desempenhar as funções que, relativamente a tais procedimentos, lhe possam ser confiados e adote todos os acordos e pratique todos os atos que consideram pertinente para a melhor salvaguarda dos interesses que ela representa.

k) Formalizar e assinar todos os documentos, de qualquer natureza, que virem a ser necessários para as operações e finalidades expressas nas seções anteriores ou relacionadas com as mesmas.

l) Aceitar e cobrar, em nome e em nome da Fundación Ayuda en Acción, doações, heranças e legados, com e sem encargos.

m) Conceder, revogar e subestabelecer todos ou parte dos poderes a favor das pessoas que julgar apropriadas para o melhor exercício dos poderes conferidos mediante a presente procuração.

n) Representar a Fundación Ayuda en Acción – Representação Permanente em Portugal, perante a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros do Estado Português, nomeadamente através do acesso à área reservada do Portal ePortugal, para todos os assuntos relacionados com o cumprimento das obrigações legais da Representação Permanente, pedidos, requerimentos e comunicações para com aquela entidade, incluindo sem limitar, comunicar e submeter, através do Portal ePortugal ou qualquer outro meio, o pedido de atribuição do estatuto de utilidade pública da representação permanente em Portugal e os respetivos anexos, o pedido renovação do referido estatuto e os respetivos anexos, bem como submeter os relatórios de atividades e os documentos de prestação de contas da Fundación AYUDA EN ACCIÓN, as alterações estatutárias, a prestação de quaisquer informações e esclarecimentos e, simultaneamente, requerer e assinar todos e quaisquer documentos e praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à prossecução dos fins indicados, individualmente, nos termos e condições considerados mais convenientes, incluindo, sem limitar, a assinatura de documentos, formulários, acordos e/ou aditamentos relacionados com os poderes ora descritos.



INPE. EXCLUSIVO PARA DOCUMENTOS NOTARIALES



GM5199605

X

11/2021

5. Revogação da nomeação de Fernando José Mudarra Ruiz, com efeitos desde 27 de setembro de 2019, enquanto representante legal da representação permanente em Portugal;

O Conselho de Curadores aprova, por unanimidade, revogar a nomeação de Fernando José Mudarra Ruiz, com efeitos desde 27 de setembro de 2019, data da reunião do Conselho de Curadores que aprovou a abertura da representação permanente em Portugal e a sua nomeação enquanto representante legal da mesma, em conjunto com Jorge Cattaneo García.

Mais refere-se que a nomeação de Fernando José Mudarra Ruiz, enquanto representante legal da representação permanente em Portugal, nunca foi registada.

Para os devidos efeitos, emito o presente certificado com a aprovação do Presidente da Fundação, Sr. Jaime Montalvo Correa, em Madrid, a 25 de março de 2022.

Aprovação

O PRESIDENTE

[assinatura manuscrita ilegível]

Assinado A SECRETÁRIA

[assinatura manuscrita ilegível]

CAR.

**É A PRIMEIRA CÓPIA FIDEDIGNA** do original que consta no meu protocolo sob o número indicado e que emito à FUNDACIÓN AYUDA EN ACCIÓN, em cinco folhas de papel timbrado de uso notarial da série GM, números 5199609 e as quatro folhas seguintes em ordem correlativa decrescente. No meu domicílio, em 19 de abril de dois mil e vinte e dois. **CERTIFICO.**-----

[Selos e Carimbos]

A tradutora,  
Alina G. R.

GM51-99609 *X*

11/2021

RAFAEL BONARDELL LENZANO  
*Notario*  
 Arturo Soria, 201-1º A  
 Tel 91 519 25 46 Fax 91 510 20 82  
 28043 MADRID



NÚMERO DOS MIL TRESCIENTOS CINCUENTA Y OCHO—  
ELEVACION A PÚBLICO

En la villa de Madrid, a diecinueve de abril de dos mil veintidós.\_\_\_\_\_

Ante mí, **RAFAEL BONARDELL LENZANO**, Notario del Ilustre Colegio de esta capital.\_\_\_\_\_

= COMPARECENCIA =

Doña María-Asunción Bellver Suárez, mayor de edad, casada, abogada, vecina de 28004-Madrid, con domicilio en la calle Serrano Anguita número 13, y con D.N.I. y N.I.F. número 35778060-L.\_\_\_\_\_

Le identifico por su D.N.I.\_\_\_\_\_

**INTERVIENE**, en nombre y representación, como **secretaria no patrono**, de la "FUNDACIÓN AYUDA EN ACCIÓN", domiciliada en 28004-Madrid, calle Serrano Anguita número 13.\_\_\_\_\_

Constituida por la "Asociación Ayuda en Acción" mediante escritura autorizada en Madrid, por el Notario don José-María Peña y Bernaldo de Quirós, el día 11 de febrero de 1999, con el número 227 de su protocolo. Modificada por otra otorgada en

*CAPI.*

Madrid, ante el citado notario don José-María Peña y Bernaldo de Quirós, el día 29 de octubre de 1999, con el número 2772 de su protocolo.—————

Clasificada como Fundación Benéfico-Asistencial por Orden Ministerial de fecha 22 de noviembre de 1999 e inscrita en el Archivo-Registro de Protectorado del Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, Dirección General de Acción Social del Menor y de la Familia, Subdirección General de Fundaciones y Entidades Tuteladas, con el número 28/1109.—————

Tienen C.I.F. número G-82257064.—————

Fue nombrada para su cargo, que asegura vigente, por acuerdo del Patronato de la Fundación de fecha 24 de marzo de 2006, elevado a público mediante escritura otorgada en Madrid, ante el Notario don Ángel Benítez-Donoso Cuesta, el día 24 de abril de 2006, con el número 923 de su protocolo, de la que he tenido a la vista copia autorizada.—————

A los efectos de la obligación de la identificación del titular real de la mercantil que impone la Ley 10/2010 de 28 de abril, hago constar que yo, el notario, he consultado previamente la Base de Datos del Titular Real a través de SIGNO, manifestando la compareciente que la información resultante de la consulta no es correcta; la obligación de la identificación del titular real de la mercantil se materializa mediante acta otorgada en Madrid, ante mí, el día de hoy, con el número 2356 de protocolo—————



GM5199608

11/2021

A los efectos de la obligación de consultar el listado de Números de Identificación Fiscal revocados con carácter previo a la autorización de la presente escritura que impone el último párrafo del artículo 23 de la Ley del Notariado, hago constar que yo, el notario, he consultado previamente la Base de Datos de N.I.F. revocados de la AEAT, a través de SIGNO, resultando que el Número de Identificación Fiscal de la persona jurídica no está revocado.\_\_\_\_\_

Sus facultades para este acto derivan de su cargo, siendo suficientes a mi juicio, para el otorgamiento de la presente escritura.\_\_\_\_\_

Tiene, a mi juicio, capacidad y legitimación para esta escritura de ELEVACION A PUBLICO.\_\_\_\_\_

= EXPOSICIÓN =

**I.-** El Patronato de la Fundación Ayuda en Acción, en la reunión que celebró con fecha 25 de marzo de 2022, adoptó, por unanimidad, los acuerdos que constan en la certificación que por la presente queda protocolizada.\_\_\_\_\_

**II.-** Lo expuesto resulta de dicha certificación que dejo incorporada a esta matriz expedida con fecha 25 de marzo de

GPAI.

2022, por la Secretaria no Patrono doña María-Asunción Bellver Suárez, con el Visto Bueno del Presidente don Jaime Montalvo Correa, cuyas firmas legitimo, la de la compareciente, por reconocerla como suya en mi presencia, y la del Presidente del Patronato por coincidir con la que obra en mi protocolo.————

**= DISPOSICION =**

**PRIMERA.**- Doña María-Asunción Bellver Suárez, según interviene, **eleva a público** el Acuerdo del Patronato de la **FUNDACION AYUDA EN ACCION**, adoptado en la reunión celebrada el día **25 de marzo de 2022**, que consta en la certificación que se incorpora a esta escritura.————

Todo ello completado con el alcance y en los términos que constan en la certificación incorporada.————

**= OTORGAMIENTO =**

Leída esta escritura, de conformidad con lo prevenido en el artículo 193 del Reglamento Notarial, a la señora compareciente -a quien hice las reservas y advertencias legales y fiscales-, la acepta y firma.————

La parte interviniente acepta la incorporación de sus datos y la copia del documento de identidad a los ficheros de la Notaría con la finalidad de realizar las funciones propias de la actividad notarial y efectuar las comunicaciones de datos previstas en la Ley a las Administraciones Públicas y, en su caso, al Notario que suceda al actual en la plaza. Puede ejercitar sus derechos de

11/2021



PAPEL EXCLUSIVO PARA DOCUMENTOS NOTARIALES



GM5199607

*A*

acceso, rectificación, cancelación y oposición en la Notaria autorizante. \_\_\_\_\_

**= AUTORIZACION =**

Del contenido de este instrumento público extendido en tres folios de papel timbrado de uso exclusivo notarial, serie GI, números 6702963 y los dos siguientes en orden correlativo, de que el consentimiento ha sido libremente prestado y de que el otorgamiento se adecua a la legalidad y a la voluntad debidamente informada de la otorgante o interviniente, yo, el Notario **DOY FE.** \_\_\_\_\_

Aparece la firma de la compareciente. Están los elementos de mi autorización Notarial. Está el sello de la Notaría. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_**SIGUEN DOCUMENTOS UNIDOS**\_\_\_\_\_

*GPI.*

DOÑA MARIA ASUNCION BELLVER SUAREZ, Secretaria no Patrona de la Fundación AYUDA EN ACCIÓN, domiciliada en Madrid, calle Serrano Anguita nº 13.

### CERTIFICO

Que en la reunión del Patronato de la Fundación Ayuda en Acción de 25 de marzo de 2022 celebrada en Madrid, debidamente convocada por el Sr. Presidente Don Jaime Montalvo Correa, habiendo quorum suficiente de acuerdo a los Estatutos, y cuya acta se encuentra pendiente de ser aprobada en la siguiente reunión de Patronato, se aprobó por unanimidad, los siguientes:

### ACUERDOS

1. Cambio del domicilio de la representación permanente en Portugal (Fundación Ayuda en Acción – Representação Permanente em Portugal);

Se aprueba, por unanimidad, modificar el domicilio de la Fundación Ayuda en Acción - Representación Permanente en Portugal, que dejará de estar ubicado en Rua António Nobre 1-D, 4º Derecha, en la parroquia de Almada, Cova da Piedade, Pragal y Cacilhas, en el municipio de Almada, distrito de Setúbal, código postal nº 2800-260 de Almada y pasará a estar ubicado en Avenida da Liberdade nº 38, 4º Derecha, en la parroquia de Santo António, en el municipio y distrito de Lisboa, código postal nº 1250-145 de Lisboa, y registrar dicha alteración debidamente en Portugal;

3. Nombramiento del representante legal de la representación permanente en Portugal;

El Patronato aprueba, por unanimidad, el nombramiento de MÁRIO RUI DOS SANTOS CORREIA BAUDOUIN, casado, mayor de edad, portugués, con domicilio en Rua Bairro da Bela Vista nº 1, código postal nº 2565-642 de Vila Facaia, en Ramalhal, titular del documento nacional de identidad portugués nº 10220889 y del número de identificación fiscal portugués 209 979 631, cuya dirección de correo electrónico es mdossantos@ajudaemacao.org, como representante legal de la representación permanente de la Fundación en Portugal, junto con JORGE CATTANEO GARCÍA, previamente nombrado y debidamente registrado como tal.

4. Atribución de poderes a Mário Rui dos Santos Correia Baudouin como representante legal de la representación permanente en Portugal.

Se aprueba por unanimidad que D. MÁRIO RUI DOS SANTOS CORREIA BAUDOUIN, en su condición de representante legal de la representación permanente de la Fundación en Portugal, tenga plenos poderes para, actuando solidaria o mancomunadamente con Jorge Cattaneo García:

a) Dirigir la Representación Permanente de la Fundación, llevar la firma y representación legal de la misma, en todo tipo de acuerdos, actos, contratos y hacer cumplir las deliberaciones del Patronato de la Fundación. Organizar las oficinas de la Fundación y determinar sus gastos, suscribiendo correspondencia, celebrando contratos y firmando los documentos en que ésta intervenga. Contratar, nombrar y despedir empleados y trabajadores que estén al servicio de la Representación Permanente de la Fundación, establecer la remuneración y practicar todos los actos propios del poder directivo. Requerir que se presten cuentas, así como revisarlas y



GM5199606

11/2021

aprobarlas. Exigir que se entreguen los importes correspondientes al patrimonio de la Representación Permanente de la Fundación, cobrarlos y expedir recibos y cancelaciones.

b) Celebrar todo tipo de contratos, acuerdos y convenios, incluidos contratos de arrendamiento en calidad de arrendador o arrendatario, estableciendo el plazo y pudiendo acordar, o no, el pago de rentas anticipadas y mejoras.

c) Representar a la Fundación ante todo tipo de personas y autoridades municipales, administrativas, fiscales, policiales y políticas, con los poderes necesarios para iniciar toda clase de reclamaciones y presentar toda clase de recursos e impugnaciones. Presentar las solicitudes e instancias que corresponda, inclusive a fin de inscribir la institución en los registros de instituciones públicas o privadas y de cooperación técnica, tanto nacionales como internacionales.

d) Representar a la Representación Permanente de la Fundación en procedimientos legales y judiciales, con poderes generales y con los poderes especiales de desistir, transaccionar y conciliar, confesar, prestar juramentos y exigir tales medidas con respecto a la parte contraria; reconocer documentos e instrumentos de cualquier naturaleza, y en general, tomar parte en todos los actos o procedimientos legales y judiciales, sean contenciosos o no, personarse en nombre de la Fundación, coadyuvar en la defensa de procedimientos previamente iniciados, solicitar medidas cautelares y pruebas anticipadas, comparecer en juicio, audiencias de conciliación o de saneamiento procesal y probatorio y de fijación de hechos controvertidos. Demandar, reconvenir, contestar demandas y formular reconveniones, deducir excepciones, formular oposición, desistir del proceso y de la pretensión; allanarse, conciliar, transigir, someter a arbitraje las pretensiones controvertidas dentro o fuera del proceso; sustituir o delegar la representación judicial, otorgar poderes a abogados y procuradores, incluso con poderes para absolver posiciones, interponer toda clase de recursos, formular objeciones, presentar pruebas, oponerse. Impugnar y tachar testigos, prestar declaración de parte, testifical y efectuar reconocimientos, prestar caución juratoria o de otra naturaleza, solicitar interrupción de plazos, posponer el plazo para realizar un acto procesal o proceder a la suspensión por acuerdo, y, en general, representar a la Fundación de forma tan amplia como en Derecho sea menester en tales procedimientos.

e) Representar a la Representación Permanente de la Fundación en procedimientos penales, pudiendo denunciar y constituirse como parte civil en procedimientos laborales, tanto individuales como colectivos, ante el Ministerio de Trabajo y el Poder Judicial, sin ninguna limitación.

f) Efectuar cobros y pagos de cualquier naturaleza, incluso en las cajas u oficinas del Estado, Provincia, Municipio, Comunidades Autónomas y otras empresas públicas, para devolver ingresos indebidos o de cualquier otro origen mediante el pago, la emisión de órdenes de pago o cualquier otro documento de naturaleza análoga; formular o aprobar cuentas de cualquier tipo y establecer, aceptar o impugnar los saldos que consten en las mismas; emitir y firmar facturas, recibos y cartas de pago de todo tipo y en cualquier concepto, reclamar y exigir el pago de cualesquiera importes adeudados a la Fundación en cualquier concepto, renunciar a los mismos o condonarlos, total o parcialmente, ceder sus derechos, admitir cualesquiera activos o valores como forma de pago, en las condiciones que entienda oportunas para establecer y cancelar las respectivas deudas.

g) Abrir, cancelar y administrar cuentas corrientes, de crédito o ahorro, en cualesquiera Bancos, incluso en el Banco de España, la Caja General de Depósitos y sus respectivas sucursales, o en cualesquiera entidades de crédito, oficiales o privadas, nacionales o extranjeras, y disponer mediante cheques, talones o en cualquier otra forma de fondos

CPL.

existentes en las mismas o en cualesquiera otras que la Fundación posea, dando o negando su consentimiento a prestar cuentas de cualquier tipo.

h) Librar, endosar, aceptar, intervenir, pagar, protestar y descontar letras de cambio, papeles comerciales mercantiles o financieros, pagarés y cualesquiera otros documentos mercantiles, recibir giros telegráficos o postales, valores declarados y transferencias de cualquier otra especie.

i) Constituir, en cualesquiera entidades, oficinas bancos o entidades de crédito, incluso el Banco de España, la Caja General de Depósitos y sus respectivas sucursales o en poder de cualquier autoridad o particular, títulos o depósitos de todo tipo, en efectivo, valores o cualesquiera otros efectos, independientemente de su naturaleza, finalidad y la persona o autoridad a cuya disposición deban colocarse, así como solicitar, cuando proceda, la devolución o cancelación de los mismos o de cualesquiera otros existentes en nombre de la Fundación y retirarlos o cobrar el importe de los mismos.

j) Intervenir en procedimientos de suspensión de pagos, quiebra u otros procedimientos civiles, mercantiles, administrativos o penales en que la Fundación tenga interés, para defender sus derechos y hacer efectivas las cantidades que le sean debidas, aceptar transacciones o convenios entre acreedores o con el deudor, formalizar renunciaciones de créditos, participar y votar en juntas o reuniones de acreedores, aceptar y desempeñar las funciones que pudieran serle encomendadas en relación con dichos procedimientos y adoptar todos los acuerdos y practicar todos los actos que se estime pertinentes en el curso de los mismos para salvaguardar los intereses que la Fundación representa.

k) Formalizar y firmar todos los documentos, de cualquier naturaleza, que sean necesarios para las operaciones y finalidades previstas en o relacionadas con los apartados anteriores.

l) Aceptar y cobrar, en nombre y por cuenta de Fundación Ayuda en Acción, donaciones, herencias y legados, con y sin cargas.

m) Conceder, revocar y delegar todos o parte de los poderes a favor de las personas que entienda apropiadas con vistas al mejor ejercicio de las facultades conferidas por medio de este poder.

n) Representar a la Fundación Ayuda en Acción - Representación Permanente en Portugal, ante la Secretaría General de la Presidencia del Consejo de Ministros del Estado Portugués, concretamente accediendo al área reservada del Portal ePortugal, para todos los asuntos relacionados con el cumplimiento de las obligaciones legales de la Representación Permanente, solicitudes, requerimientos y comunicaciones con dicha entidad, incluyendo, sin carácter limitativo, comunicar y presentar, a través del Portal ePortugal u otros medios, la solicitud de atribución de la condición de utilidad pública de la Representación Permanente en Portugal y sus respectivos anexos, la solicitud de renovación de dicha condición y sus respectivos anexos, así como presentar las memorias de actividades y estados financieros de la Fundación AYUDA EN ACCIÓN, modificaciones estatutarias, aportación de cualquier información y aclaración y, simultáneamente, solicitar y suscribir cuantos documentos y practicar cuantos actos sean necesarios o convenientes para la consecución de los fines indicados, individualmente, en los términos y condiciones que considere más convenientes, incluyendo, sin carácter limitativo, firmar documentos, formularios, convenios y/o enmiendas relacionados con las facultades aquí descritas.

11/2021



5. Revocación del nombramiento de Fernando José Mudarra Ruiz, con efectos a partir del 27 de septiembre de 2019, como representante legal de la representación permanente en Portugal;

El Patronato aprueba, por unanimidad, la revocación del nombramiento de Fernando José Mudarra Ruiz, nombrado con efectos a partir del 27 de septiembre de 2019, fecha de la reunión del Patronato en que se aprobó la apertura de la representación permanente en Portugal y su nombramiento como representante legal de la misma, junto con Jorge Cattaneo García.

Se hace constar que el nombramiento de Fernando José Mudarra Ruiz, como representante legal de la representación permanente en Portugal, nunca llegó a registrarse.

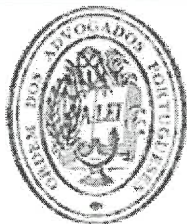
Para que así conste expido la presente certificación con el VºBº del Sr. Presidente de la Fundación D. Jaime Montalvo Correa en Madrid a 25 de marzo de 2022.

VºBº  
EL PRESIDENTE

Fdo. LA SECRETARIA

**ES PRIMERA COPIA FIEL** de su original obrante en mi protocolo bajo el número indicado que libro para FUNDACION AYUDA EN ACCION, en cinco folios de papel timbrado de uso notarial serie GM, números 5199609 y los cuatro siguientes en orden correlativo descendente. En mi residencia, a diecinueve de abril de dos mil veintidós. **DOY FE.**\_\_\_\_\_





## ORDEM DOS ADVOGADOS

### REGISTO ONLINE DOS ACTOS DOS ADVOGADOS

Artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29-03

Portaria n.º657-B/2006, de 29-06

**Dr.(a) Ana Filipa Maia**

CÉDULA PROFISSIONAL: 22006L

IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA E ESPÉCIE DO ACTO

Certificação de traduções de documentos

IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS

FUNDACIÓN AYUDA EN ACCIÓN - REPRESENTAÇÃO PERMANENTE EM  
PORTUGAL

NIPC n.º. 980731763

OBSERVAÇÕES

Escritura Pública

EXECUTADO A: 2022-05-24 12:40

REGISTADO A: 2022-05-24 12:45

COM O N.º: 22006L/18728

Poderá consultar este registo em <http://oa.pt/atos>  
usando o código 39487707-770476

